

Defesas Estratégicas em Dívidas Bancárias

Manual de Advocacia Contra Banco

Principais obras:

Dicionário de Terminologia Jurídica - 1950 pgs. Ed. Vale do Mogi
Abalo de Crédito - 300 pgs. - Editora Vale do Mogi
Ações Possessórias - 300 pgs. - Editora Vale do Mogi
Adoção - 300 pgs. Editora Syslook
Agravos de Instrumento – 440 pgs. Editora Rumo Jurídico
CLT Comentada. 11 volumes. 7.500 pgs. Ed. Vale do Mogi
Concurso de Cartório - 936 pgs. Editora Syslook
Concurso para Juiz. 26 volumes. 5.600 pgs. Ed. Vale do Mogi.
Concurso para Juiz. ed. Juristen. 1.300 pgs.
Concurso para o Ministério Público. Ed. Juristen. 1500 pgs.
Concurso de Delegado. 800 pgs. Ed. Sapium Cursos
Contratos - 1100 pgs. - Editora Vale do Mogi
Dia-a-dia do Advogado - 1300 pgs. - Editora Fapi
Direito Funerário – 766 pgs. Editora Rumo Jurídico
Direito Registral e Notarial - 300 pgs. - Editora Vale do Mogi
Divórcio Constitucional - 300 pgs. - Editora Syslook
Embargos à Execução – 666 pgs. Editora Rumo Jurídico
Guia Previdenciário - 1646 pgs. Editora Rumo Jurídico
Habeas Corpus – 406 pgs. Editora Rumo Jurídico
INSS Fácil – 1382 pgs. Editora Rumo Jurídico
Inventário e Partilha – 1244 pgs. Editora Edijur
Lei de Abuso de Autoridade – 692 pgs. Editora Rumo Jurídico
Lei de Abuso de Autoridade Comentada - 500pgs. Editora Juristen
Mandado de Segurança – 574 pgs. Editora Rumo Jurídico
Manual de Direito Público - 3600 pgs. Editora Vale do Mogi
Manual de Recursos de Multas - 1240 pgs. Editora Rumo Jurídico
Manual de Revisão de Aposentadoria e Pensão – 1686 pgs. Ed. Rumo Jurídico
Manual do Advogado *On Line* - 1966 pgs - Ed. Tradebook
Manual do Criminalista – 1.753 pgs. Editora Rumo Jurídico
Manual do Tributarista - 1600 pgs. Editora Tradebook
Manual dos Tabeliães. Ed. Hotmart. 3.300 pgs.
Office Jurídico - 1980 pgs. Editora Vale do Mogi
Petições Cíveis - 300 pgs. - Editora Vale do Mogi
Posse - 1300 pgs. - Editora Fapi
Prática de Registros Públicos - 1300 pgs. - Editora Fapi
Prática do Direito de Família e RCPN - 1300 pgs. - Editora Vale do Mogi
Prática Forense do Direito das Sucessões - 1850 pg. - Editora *Quorum*
Prática Forense do Inquilinato e Condomínio - 1350 pgs - Editora Vale do Mogi
Prática Forense e Administrativa do Código de Defesa do Consumidor- 1810 pgs - Editora Vale do Mogi
Resenha Fiscal - 1368 pgs. Editora Vale do Mogi
Sentença e Coisa Julgada – 800 pgs. Editora Rumo Jurídico
Tributos, Contribuições e Taxas - 7.000 pgs. - Editora Syslook
Vademecum Jurídico, Militar, Comercial, Acadêmico, Canônico, Ambiental e Funerário - 1300 pgs. Editora Vale do Mogi
Código de Processo Civil - 9 volumes. 11.000 pgs Editora Vale do Mogi

Salomão Jzechi Assef

Jurista, Advogado e Dicionarista

Graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Paulista – UNIP

Extensão em Advocacia Contra Bancos - Contratos Bancários

Pós Graduação em Direito Previdenciário

Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

Extensão em Direito Processual Civil pela Escola Superior de Advocacia - ESA

Curso de Direito Processual Civil pela Fundação Getúlio Vargas - FGV

Curso de Tribunal do Júri pela Escola Superior do Ministério Público - ESMP

Diretor do Lions Clube Campinas Cibernético Guilherme de Almeida

Diretor Vice-Presidente do Guarani Futebol Clube 2013-15

Diretor da Associação Educacional do Homem de Amanhã - AEDHA

Curso de Extensão em Direito Autoral pela Fundação Getúlio Vargas - FGV

Curso de Extensão em Direito Imobiliário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV

Curso de Extensão em Produtos, Marcas e Serviços pela Fundação Getúlio Vargas

Curso de Extensão em Patentes e Bases Legais pela Fundação Getúlio Vargas

Curso de Formação de Docentes pela Fundação Getúlio Vargas - FGV

Docente do Instituto Brasileiro de Capacitação e Gestão - IBCG

Docente da Escola Superior de Capacitação Profissional - ESCAPR

Defesas Estratégicas em Dívidas Bancárias

Manual de Advocacia Contra Banco

16ª Edição 2026

Revista e Atualizada

Rumo Jurídico
Editora e Distribuidora

Editora Rumo Jurídico
Rua Mário Zini 890 - Cidade Jardim - CEP 13614-230 - Leme - SP
Site: www.editorarumojuridico.com.br
atendimento@editorarumojuridico.com.br
Fone 55 19 3573-0799

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem autorização por escrito do autor. O infrator ficará sujeito, nos termos da Lei nº 6.895, de 17/12/80, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.610, de 19/02/98, à penalidade prevista nos artigos 184 e 186 do Código Penal, a saber: reclusão de um a quatro anos.

© Copyright by Ozéias J. Santos
Edição 2026

Ficha catalográfica

CDD 342.234	Assef, Salomão Jzehi Defesas Estratégicas em Dívidas Bancárias Leme, Rumo Jurídico Editora e Distribuidora 1092 p. 24 cm. 1. Direito Bancário Manual de Advocacia Contra Banco. I. Título. CDD 342.234
-------------	---

Índice para catálogo sistemático
1. Brasil : Direito Processual Civil

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

ALFARRÁBIOS

Al-Farabi foi um filósofo que viveu em Bagdad no Século IX.

De seu nome e fama resultou o antropônimo *alfarrábio*, cujo significado é “coleccionador ou vendedor de *alfarrábios*”.

Modernamente, *alfarrábio* significa escrito, livro ou livreiro.

A transmissão do conhecimento envolve uma complexa cadeia, onde temos os pensadores, que ousando externar seus conhecimentos e experiências se tornam autores. Na sequência temos os investidores ou editores, os quais, acreditando na empreitada, arriscam seu capital para que o que existia no mundo das ideias passe para o mundo concreto, por meio do livro.

De forma simples, está no final desta cadeia o “Alfarrábio” ou distribuidor dos livros, que os fazem chegar ao consumidor final, para lhes trazer alívio, conhecimento e principalmente oferecer oportunidade para novos e mais aprimorados pensamentos, dos quais, se espera, que nasçam novos escritores e inúmeros livros.

Neste sentido, dentre os inúmeros distribuidores, aos quais muito deve o mundo jurídico, quero destacar os modernos *alfarrábios*

**Shintaro Mizuno, Juarez Cordeiro de Oliveira, Satoru Mizuno,
Yoshiro Mizuno, Walter Mizuno, Katsuso Mizuno,
Alberto Messias de Lima,
Luciano Moysés, Paulo Oliveira Pedro, Miguel Sim,
Horácio Severino Júnior,
Juan Ormachea, Átila Abreu, Wellington Rehder,
Cláudia Pereira Cristo, Kleber de Lima, Odamiron Mascarenhas,
Emir da Silva, Irene M. Reberte, Susy Lani, Rebeca Walesca,
Pâmela Bianca, Brayan Akhnaton,
Edson Jordão, Vladimir Elias Santos, Ismael Sposito,
Mário Emilio Riquelme, Mário Roberto Russo, José Gouvea dos Santos,
Denis Heiffig, Roberto Serrano, Juliana Mizuno, Adriano Rodrigo Camilo,
Valentin Tomanzotti, Antonio Carlos Serrano, Ricardo Serrano,
Gilberto Mizuno, Ramon Mizuno, Rubens Palombo,
João Roberto Parizatto, Roberto Manoel Santos,
Mário Pirateli, Roselene Santos, Horácio Severino, Robson Balbino. Rafael
Kloss e Zeus Araújo.**

A eles esta singela homenagem do autor.

Homenagem

Para as pessoas que fazem minha vida valer a pena:

Tenente Luciana Furlan	CaL Maria Irene de Nadai/José Roberto
Capitão Rodrigo Franco	CaL Marlene da Silva Mello
Capitã Lucimara Godoy Vilas Boas	CaL Marlene Conceição Zague
Capitão Paulo Flores	CaL Marlene Toler Rebesco
Capitão Servilho Marcos de Alencar Ferreira	CaL Regina Helena Porto Francisco
Major CL Marcos José Pereira/Rita de Cássia	CaL Rita de Cássia Figueiredo
Sub-Tenente Julson da Penha Levy Corrêa	CaL Rose Watanabe/Shogo
Antônio Marcos Mez	CaL Romilda Cacize Baldin
Antonio Silva Sansci	CaL Silvana Klein
Cristina Rosa da Luz Bernardes dos Santos	CaL Vera Lúcia A. Valongo Langella
Ednilson Aparecido Pereira/Mara Bugrina	CaL Vilma Antonia Carmona Tellini
Edson Nascimento de Souza	CL Adão Antonio de Lima
Enisio José dos Santos Júnior	CL Antonio Carlos da Silva/Sueli
Eva Remédio Correa	CL Antonio Carlos Rossi Júnior/Cristina
Fábio Dener Ramos	CL Antonio Zuliani/Angela
Francisco Vanie Alves	CL Arnaldo Sato
Genivaldo Souza da Silva	CL Arnaldo Landgraf/Maria de Lourdes
Givaldo Ferreira de Lima Giba	CL Camilo Andrietta
Gustavo Botto	CL Carlos Roberto L. de Brito
Heleno Garden de Sousa	CL Cláudio Batista
Ian Desideri dos Santos Kyomen	CL Daniel Rocha Boretto/Angela Aparecida
José Carlos Manoel	CL Delfim S. Freire Rocha
Jair Capodifoglio	CL Denis Eduardo Andia/Roberta
João Jorge Capicoto	CL Domingos Azarite/Angélica
Joaquim Cândido Antonio	CL Edyr Jesus Bueno/Célia Bueno
José Alexandre Pereira de Araújo Nê	CL Eduardo Henrique Bicudo da Silva
José Maria Alexandre de Lima	CL Eduardo Daher de Azevedo/Sueli
José Cláudio Pereira	CL Edvaldo Allan Resende Araújo/Nilda
Luiz Gonzaga da Silva	CL Gilberto Samora/Maria José
Luiz Valdemir Sotana Val	CL Gregório Fazzio Neto
Luiz Rodrigues/Ruth Rodrigues	CL Herman Yanssen
Márcio Victor Pereira	CL Jair Alves Pinto/Maria Tereza
Marcos Gutenberg Vieira Ramos	CL Joanito Ferreira Araújo
Marina Loneta	CL Joaquim Martins
Nivaldo Araújo Moraes	CL José Cardoso de Souza
Paulo Batista dos Santos	CL José Eduardo Schneider/Cristiane
Paulo Batista dos Santos Júnior	CL CMTE Justiniano Tieghi Filho/Ana
Ricardo Sousa Tavares Guimarães	CL Laércio Fregatti/Sonia Maria
Romero Moreira de Abreu	CL Lucas Vieira Dutra/Ruth
Sérvulo Ramos	CL Luiz Carlos Finazzi/Vera Lucia
Sinvaldo Nascimento	CL Luiz Gonzaga Assef/Maria Vilma
Vilson Cristi	CL Luiz Roberto Galassi/Zilda Olívia
Viviani Cristina Leite	CL Marcelo Augusto de Souza
Wanderlei Ananias	CL Marcelo Pagnini Gomes da Cunha
Wagner Roberto Stochi	CL Marcelo R. Dozená/Sandra Cristina
Dulce Elen dos Santos	CL Marcos Palma/Verusca
Mara Raquel dos Santos	CL Mitsuo Pedro Fukuhara/Mirne
Leila Maria dos Santos	CL Nelson Marquezelli/Maria Alice
Ivan Silvestre dos Santos	CL Noé Jorge Vianna/Juçara
Altirez Sebastião dos Santos	CL Renilson Genivaldo Giraldele/Juliana
José Leite dos Santos	CL Roberto Ivan Rovgnelli/Andréa
Patrick Aldebaran dos Santos	CL Sebastião Dias Martins/Vera
Terezinha dos Santos	CL Sebastião Landgraf
CaL Alcicléia Consorti Ferreti Calvo	CL Sebastião Vieira Mória
CaL Ana Maria Souza Lima Fargoni	CL Sérgio Luiz Magri/Cal Rosana
CaL Elena Satie Nishida de Castro	CL Silas Bravo Nogueira
CaL Leila Cristina Della Coletta	CL Valdemar Piovan/Neide
CaL Maria Angela N. Rebuá	CL Valdir Marques
CaL Mariane A. Alves de Souza	CL Valmir Nani/Maria Aparecida
CaL Maria Aparecida Aguiar	CL Valquírio Augusto Cavedini/Juracy
CaL Maria Aparecida Campari/José Pereira	CL Valtér Pedroni/Shirlei
CaL Maria Ines Ricato Ghirardello/Renato	CL Vitor Antonio Camilo/Cida
	CLEO Luiz Eduardo Dantas

Dedicatória

O labor de um glosador é algo de difícil comparação.

Lê, procura, compara, indaga, sonha, viaja, se empolga e ousa transferir sua intertextualização do mundo das ideias para o mundo concreto.

Pelo incentivo e reconhecimento, esta obra é dedicada aos nobres:

CaL Doutora Glenda Isabelle Klefens	Dr. Lourival João Truzzi Arbix
CL Dr. Antonio José Figueira	Dr. Luiz Antônio Alves Torrano
Dr. Adauto Silva Emerenciano	Dr. Luiz Carlos Landiva
Dr. Adriano Brandão	Dr. Luiz Henrique Cirilo
Dr. Agostinho Tavoraro	Dr. Luiz Simioni Júnior
Dr. Alexandre Sá Domingues	Dr. Marcelo de Barros Feola
Dr. Álvaro Ribeiro	Dr. Marcelo Luiz Leano
Dr. André Amin	Dr. Marcelo Magro Maroun
Dr. André Luiz Pereira Chagas	Dr. Marco Antonio Delatorre Barbosa
Dr. Antonio Carlos Bueno Barbosa	Dr. Marco Antonio Sansi
Dr. Antonio Duarte	Dr. Marcos da Costa
Dr. Antonio Eduardo Francisco	Dr. Marcos Roberto Bertuzzi
Dr. Antonio José Figueira	Dr. Mariano Bibbo Morigo
Dr. Arly de Lara Romêo	Dr. Matheus Ribeiro Donato
Dr. Armando Gasparetti Neto	Dr. Maurício Nunes/Nazareth Oliveira
Dr. Benito Caccia Rosalem	Dr. Orlando Alves Ferraz/Lyris
Dr. Bernardino Petrucci	Dr. Palmeron Mendes Filho
Dr. Brayan Akhnaton Desideri dos Santos	Dr. Paulo Blaske
Dr. Bruno Henrique Pereira Francischini	Dr. Paulo Braga
Dr. Caio Augusto Silva dos Santos	Dr. Paulo Granato de Araújo
Dr. Carlos Rodrigo Kazu Tagamori	Dr. Percival Camargo/Maria Aparecida
Dr. Cirilo Pardo Meo Muraro	Dr. Roberto Chaim Mansur
Dr. Cláudio Santos Oliveira	Dr. Sandro Henrique Natividade
Dr. Cláudio Vieira	Dr. Sergio C. de Aguiar Vallim Filho
Dr. Cleber Augusto de Melo Martins	Dr. Sérvulo Benedicto Ramos'
Dr. Clovis Voese	Dr. Wanderlei Aparecido Calvo
Dr. Cristiano de Oliveira Domingos	Dr. Wilson Sabie Vilela
Dr. Daniel Blikstein	Dra. Ana Paula Arruda
Dr. Dijalma Lacerda	Dra. Ana Valéria Coppos Federman
Dr. Djalma Olivé/Marli	Dra. Camilla Campos
Dr. Dorival Amaral	Dra. Cleia Brito Santos
Dr. Eduardo de Aquino Penteado Vilela	Dra. Cristina Monteiro da Silva
Dr. Eduardo Queiroz Machado	Dra. Daniela Marchi Guimarães
Dr. Ellery Sebastião Domingos de Moraes	Dra. Denise Silva
Dr. Euclides Camillo da Silva Netto	Dra. Fabiana C. de Toledo Machado
Dr. Fábio Cáceres	Dra. Fernanda Lins Emerenciano
Dr. Fábio Isaac	Dra. Geórgia Vasconcelos Ferfoglía
Dr. Fábio Nadal Pedro	Dra. Glória Komatzu
Dr. Haroldo Cardela	Dra. Helena Maria P. Scabbia de Moraes
Dr. Herman Yanssen/Mariselma	Dra. Jane Mizuno
Dr. Higor Port	Dra. Kátia Diniz
Dr. Horley Senna	Dra. Lázara de Fátima da Fonseca Sato
Dr. Jorge Alves de Lima	Dra. Leila Cristina Della coletta
Dr. José Antonio Franzin	Dra. Lúcia Pedretti
Dr. José Carlos Milanez Júnior	Dra. Luciane Bonelli Pasqua
Dr. José Carlos Terezan	Dra. Luciana Freitas
Dr. José Geraldo Martins	Dra. Luiza Oliveira
Dr. José Luiz Passos	Dra. Marcela Ferreira
Dr. José Mauricio Conceição	Dra. Patrícia Vanzolini
Dr. José Ricardo Adam	Dra. Stella Serafini
Dr. José Sidnei da Rocha	Dra. Susy Lani Desideri
Dr. Jurandir Silvestre	Pós-Doutor Professor Ueliton França
Dr. Katrus Tober Santarosa	

A vocês o carinho deste autor.

Decálogo do Advogado

ESTUDA - O Direito se transforma constantemente. Se não segues seus passos, serás cada dia um pouco menos advogado;

PENSA - O Direito se aprende estudando, mas se exerce pensando;

TRABALHA - A advocacia é uma área de fadiga posta a serviço da justiça;

LUTA - Teu dever é lutar pelo Direito. Mas no dia em que encontrares o Direito em conflito com a Justiça, lute pela Justiça;

SÊ LEAL - Leal para com teu cliente, a quem não deves abandonar até que compreenda que é indigno de ti. Leal com o adversário, ainda mesmo que ele seja desleal contigo. Leal para com o juiz, que ignora os fatos e deve confiar no que tu dizes e que, quanto ao direito, vez por outra, deve confiar no que tu lhe invocas;

TOLERA - Tolerar a verdade alheia na mesma medida em que seja tolerada a tua;

TEM PACIÊNCIA - O tempo se vinga das coisas que se fazem sem a sua colaboração;

TEM FÉ - Tem fé no direito, como o melhor instrumento para a convivência humana; na justiça, como destino normal do direito; na paz, como substituto da justiça; e, sobretudo, tem fé na liberdade sem a qual não há direito, nem justiça, nem paz;

ESQUECE - A advocacia é uma luta de paixões. Se, em cada batalha, fores enchendo a tua alma de rancor, chegará um dia em que a vida será impossível para ti. Terminado o combate, esquece logo tua vitória, como tua derrota;

AMA TUA PROFISSÃO - Trata de considerar a advocacia de tal maneira, que no dia em que teu filho lhe peça conselho sobre o seu destino, consideres uma honra para ti, propor-lhe que se torne ADVOGADO...

Hipócrates

O Juramento de Hipócrates é um compromisso ético fundamental para médicos, que promete consagrar a vida ao serviço da humanidade, colocando a saúde do paciente como prioridade, respeitando sua dignidade, mantendo segredo profissional, agindo com consciência e dignidade, e honrando as tradições da medicina, sem discriminação e sem usar o conhecimento para fins nocivos, mesmo sob ameaça.

“Prometo que, ao exercer a arte de curar, mostrar-me-ei sempre fiel aos preceitos da honestidade, da caridade e da ciência.

Penetrando no interior dos lares, meus olhos serão cegos, minha língua calará os segredos que me forem revelados, o que terei como preceito de honra.

Nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime.

Se eu cumprir este juramento com fidelidade, goze eu para sempre a minha vida e a minha arte com boa reputação entre os homens; se o infringir ou dele afastar-me, suceda-me o contrário”.

“Reis e escritores podem dar títulos; o tempo decide quem merece.”

Pela superação dos desafios diários, cumpre reconhecer os méritos dos Doutores:

Larissa M. Soares Avelar

e

João Paulo Mourão

Deferência Especial

Aos meus amigos deficientes visuais:

Caio Henrique Reberte de Sá,

Renato Bragiatto e

Emídio Alves Pontes.

**“Quando uma porta da felicidade se fecha, outra se abre.
Muitas vezes ficamos tanto tempo olhando para a porta fechada
que não vemos a que se abriu”.**

Helen Keller

Helen Keller, cega, surda e muda desde bebê. Superou as barreiras e tornou-se Educadora, Escritora e Advogada.

Revelou uma incrível capacidade de superação e notável inteligência.

Quando conheceu Melvin Jones, apaixonou-se pelo ideal de servir desinteressadamente e doou toda sua fortuna para iniciar dentro do Movimento do Lions Clube o maravilhoso trabalho de combate à cegueira.

A partir de Helen Keller, o Lions Clube se transformou no “Paladino da Visão”, com as campanhas “*sight first*”.

Para esta extraordinária advogada, a visão vem em primeiro lugar.

Apreço

Willian,
Naillin,
Érica,
Alan,
Mara,
Ígor,
Alisson,
Viviani,
Flávia,
Caio

Aos novos visionários do Porto Seguro:

André Ricardo de Jesus e Júnia Zanotti,

Luciano Maueski,

Wellington Roberto Clementino,

Dr. Márcio Soares,

Marcelo Rafael da Silva,

Kellen Camargo,

Rildo Amadi Cesar.

Sight First

Líderes do Lions Clubs International que acreditam que, para o ser humano, a visão vem em primeiro lugar.

PCC Antonio Lázaro Forti/Maria do Carmo	CaL Arlete Aparecida Cataneo
PDG Afonso Moraes Rego/Maria do Rosário	CL Ivo Bergman/Denise
PDG Antonio José Figueira	CaL Nilcelaine Mazarin/Nelson
PDG Arthur Chieregatto/Sandra	CL José Olavo Nogueira/Maria Aparecida
PDG Dijalma Lacerda/Mara	CL Armando Gasparetti Neto
PDG Domingos A. Lima Neto/Clara Amélia	CaL Lecy Gottardello A. Silva/Eduardo
PDG Eduardo Antonio A. Silva	CL Marcos Roberto Bertuzzi/Sueli
PDG Eduardo Jacob /Liliane	CL Hamilton Gomes da Fonseca/Dirce
PDG Eduardo R. A. Moraes	CL Luiz Gustavo Locatelli Felix/Sivalda
PDG Elia Youssef Nader/Leci	CL José Elias Silva Pereira/Elaine
PDG Elias da Silva Paiva	CL Hans Kurt Edmund Liesenberg/Maria
PDG Fioravanti Fabri Filho	CL Luiz Fernando F. Guilherme/Rita
PDG Ghassan Mitre Saleh	CL Luiz Antonio Lopes Pinto/Marlene
PDG Gilmar Ghezzi	CaL Suelly Terezinha Deri Sampaio/Lineu
PDG João Carlos Machado/Ieda	CL Salvador José Bachin/Rita
PDG João Quartucci	CaL Ivelize Valquiria A. Torres/José Torres
PDG José Luiz Passos/Enymara	CL Eduardo Daher Azevedo/Sueli
PDG José Maurício Varela/	CL Orlando Martin Sambrano/Ivone
PDG José Moraes de Castro Sobrinho/Helena	CL Ângelo Giacomelli/Ana Maria
PDG José Roberto Pereira	CL Rodolfo Rego Neto/Anésia
PDG Maria do Carmo Alves Forti	CL Antonio Eduardo Francisco/Débora
PDG Nelson Mazarin/Nilce	CL Reinaldo César de O. Pinto/Maria Lúcia
PDG Osvaldo Urbano	CL Roberto Wagner Mônaco/Eloisa
PDG Roberto Gonçalves da Cruz	CL Sérgio Augusto Nicola/Luciana
PDG Sérgio Luiz Magri/Rosana	CL Marcelo Paganini Gomes da Cunha
PDG Tiago Chagas/Lilian	CL Laércio Alexandre/Maria Rita
PDG Walter Aggio Filho	CL Camilo Andrietta
	CaL Ivanete Anjoletto Farias/José Alves
	CL Luis Francisco Ferro Mauro/Débora
	CaL Margarida Cândido de Oliveira
	CL Eduardo H. Bicudo da Silva/Claudinéia
	CL Francisco A. Rahal Farhat/Fabiana
	CL Fábio Franco de Oliveira/Alessandra
	CL Jurandir Silvestre/Lúcia
	CL Vangely Ferreira dos Santos/Joselice
	CL Alexandre Arana Elmôr/Maria Pajoli
	CL Alexandre Negrini/Adriana
	CaL Juçara Oliveira Vianna/Noé
	CL Edvaldo Allan Rezende Araújo/Nilda
	CL Marcos José Pereira/Rita de Cássia
	CL José Djalma Schio/Ercilia
	CL Pedro Luiz Silva/Anice
	CaL Sonia Aparecida Nazatto
	CL João Batista Longhi/Maria Sueli
	CL Mitsuo Pedro Fukuhara/Mirne
	CaL Regina Helena Porto Francisco
	CL Ulisses Alexandre Ribeiro/Silvia
	CL Luiz Antonio Combe/Maria de Lourdes
	CL Claudio Batista/Luzia
	CaL Neiza Antonia de Toledo Marchi
	CL Luiz Antonio Valdo/Ivany
	CaL Maria Aparecida Zeola Correa/Roque
	CL Denis Martins
	CLEO Larissa Cusin
	CLEO Rubia Rodrigues Rinaldi

Colegiado Magia

PCC Wilson Pinto/Elisabeth
PDG Antonio Geraldo Montanhez/Leda
PDG Edson José Lopes das Neves/Margareth
PDG João Carlos Belda/Ivone Franceschi
PDG Jorge Eduardo de Lima/Maria Inêz
PDG José Rodrigues Santos/Leilian Sampaio
PDG Maria Jorge Abrão de Castro/Elcio
PDG Marília S. Fernandes da Silva/José Martins
PDG Ozéias J. Santos/Ana Paula Arruda
PDG Sérgio David de Souza/Nilza Souza

Presidentes do Centenário de Lions Clubs International

CL Higor Port/Lourdes
CL Katrus Tober Santa Rosa/Maria
CaL Tania Maria Meneguel Caseta/Silvanei
CL Valdir Marques/Sandra
CL Antonio Aparecido G. Oliveira/Sueli
CL Paulo Eduardo de Toledo Salgado/Érica
CaL Maria Célia Franzini Callera/Antonio
CaL Ana Maria S. Lima Fargoni/Antonio
CaL Vera Lucia A. Vallongo Langella/Vagner
CL João Neif de Antonio/Maria Celina
CL Wanderlei Aparecido Calvo/Alciléia

Apresentação

O Novo Código de Processo Civil, iniciou sua tramitação em 01 de outubro de 2009, data da assinatura do ato que criou “comissão para elaborar o anteprojeto de lei de um novo Código de Processo Civil, restando por aprovado o texto final do PL 166/10 pelo Senado em 17/12/14, trazendo inovações, tudo no sentido de aperfeiçoamento do sistema processual civil, buscando celeridade e efetividade.

O maior desafio, a meu ver, se refere à superação da morosidade, em razão de se tratar de problema cultural e estrutural, eis que julgamentos com efetividade demandam tempo para o magistrado se debruçar sobre o processo e decidi-lo, o que exige a contratação de mais juízes para atender a demanda da “clientela” da era da informática, que cada vez é mais atualizada e em consequência disso, mais cobradora de seus direitos, resultando em uma maior procura pela solução de seus conflitos pela jurisdição.

Destaca-se no Novo Código de Processo Civil, vários temas tidos como novidade em nosso ordenamento, como a obrigatoriedade da audiência de **conciliação e mediação** antes da apresentação de contestação pelo réu, nela, se esperando a efetivação de acordos, todavia, de forma oblíqua, pode ser operada como ferramenta para protelar o processo, quando o réu for mal intencionado, não podendo o magistrado aplicar as penalidades, em razão da impossibilidade desta presunção.

O legislador trouxe a possibilidade da citação do réu sem contrafê, nas ações de família, sendo a citação para que ele compareça à tal audiência, que mesmo sendo parte do texto legal, tal dispensa viola o princípio constitucional da ampla defesa.

No tocante ao ônus da prova, o legislador trouxe a possibilidade do juiz redistribuir o ônus da prova, o que deve ser informado às partes, prática que já é comum por parte de vários juízes, na aplicação do ônus dinâmico da prova.

Quanto à sentença, o legislador trouxe novas obrigações relativas à fundamentação, de maneira que deverá o magistrado apreciar tópico por tópico, todos os argumentos levantados pelas partes, mesmo que tais sejam absolutamente impertinentes, sob pena de nulidade. Esta mais uma razão para que o Judiciário aumente seus quadros, vez que este procedimento exigirá realmente muito tempo do magistrado.

Houve mudança nos limites da coisa julgada, sendo extinta a ação declaratória incidental, de maneira que a questão prejudicial será coberta pela coisa julgada, independentemente de pedido das partes.

Busca o legislador no Novo Código de Processo Civil, fazer com que haja julgamento das causas em ordem cronológica, ou seja, em tese não sendo possível o julgamento de uma simples ação, se ajuizada posteriormente a um complexo processo coletivo.

Antiga esperança de quem bate às portas da jurisdição, é que a Justiça lhe faça justiça. Com isso o legislador busca combater à terrível jurisprudência defensiva, para que o Judiciário se preocupe com o mérito e não com questões formais menores, como o exagero dos requisitos da admissibilidade dos recursos.

No tocante à jurisprudência, com o novo texto processual, busca-se a estabilização da jurisprudência, respeitando os precedentes por parte dos tribunais e juízes, o que de fato, evitará inúmeras demandas inúteis.

Buscando dar mais segurança ao sistema processual civil, o legislador trouxe a possibilidade de modulação dos efeitos das decisões judiciais, principalmente quando se tratar de mudança de entendimento jurisprudencial, o que já é realizado pelo STF em controle concentrado de constitucionalidade.

Com a criação do incidente de resolução de demandas repetitivas, onde as causas massificadas possam ser julgadas pelos tribunais, de forma que cada tribunal pode julgar seu IRDR, e em sentidos inversos, servindo como precedente para os demais.

Houve a unificação do processo cautelar e da tutela antecipada, pondo fim do processo cautelar autônomo e de cautelares específicas, todavia tais cautelares,

quando patrimoniais, como arresto e sequestro, continuarão a ser manuseadas pelos causídicos, com os mesmos requisitos de hoje, como no caso da imissão de posse, prevista no CPC de 1939 e não no CPC de 1973, mas presente no cotidiano forense.

Com a contagem dos prazos processuais somente em dias úteis, permite aos Advogados um pouco de sossego nos finais de semana e feriados, todavia, o legislador teria andado melhor se simplesmente tivesse aumentado o prazo.

O salário passa a ser objeto de penhora, quando for acima de 50 salários-mínimos, que a partir daí passa ser possível a constrição. Com isso o legislador quebra o dogma da absoluta impenhorabilidade de salários e vencimentos no direito processual brasileiro.

Criou-se os honorários recursais, com a imposição de honorários além dos fixados em 1º grau, sendo que esta prática se mostra positiva para a matéria pacificada, todavia, onera indevidamente o litigante quando a situação jurisprudencial ainda está indefinida.

Em relação aos honorários advocatícios contra a fazenda pública, com a diminuição e escalonamento dos honorários em relação aos entes estatais, de acordo com o valor da causa, com mínimo podendo ser de 1%, mas para o particular sempre de 10%, destacando as distinções processuais entre o Estado e os particulares.

Agora os honorários advocatícios estão previstos como crédito alimentar do Advogado, como já vem sendo reconhecido pelo STJ na recuperação judicial.

No que se refere ao REsp e RE, o legislador trouxe o fim da admissibilidade na origem, portanto, ao se interpor o recurso para Tribunal Superior, ele será imediatamente remetido para o STF ou STJ, de maneira que o REsp ou RE será analisado por algum Ministro.

O legislador pôs fim aos embargos infringentes, inserindo uma técnica de julgamento em que novos magistrados serão chamados se houver decisão por maioria, independentemente de manifestação das partes. Busca-se o debate no Tribunal, porém, trará problemas para o cotidiano forense.

Criou-se o negócio jurídico processual, onde as partes, de comum acordo, possam alterar o procedimento para a tramitação do processo.

No Novo CPC temos apenas dois processos: de conhecimento e de execução.

Deixa de haver o processo cautelar, porém as cautelares foram alocadas para o livro da Tutela Provisória.

Inicia-se o processo de conhecimento com a petição inicial, resultando em uma sentença, evoluindo-se então o processo de execução, que é da sentença ao pagamento.

O Novo Código de Processo Civil é um processo apenas com duas fases, de conhecimento e de execução.

Deve ser pensado o processo como um todo.

A obra Defesas Estratégicas de Dívidas Bancárias, dentro do arcabouço legislativo que envolve a matéria, visa oferecer aos Operadores do Direito, uma ferramenta poderosa para a Advocacia no Direito Bancário.

O Autor.

Índice Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

Capítulo I

Direito Bancário	35
Objeto do Direito Bancário	35
Instituição Financeira e Banco	36
Instituição Financeira	38
Taxa média de mercado e Revisão Contratual	39
Instituições Bancárias	45
Operações Bancárias	46
Juros Remuneratórios nos Contratos	48
Sistema Financeiro Nacional	50
Alienação Fiduciária	53
Cartão de Crédito Consignado	54
Capitalização Mensal de Juros e os Recursos	54
Multa do Artigo 1.021, do NCPC	55

Capítulo II

Estratégia Processual	57
Melhor Momento de Negociação	57
Negociação de Dívida	58
Reavaliação da Prova	59
Reavaliação da Prova pelo Tribunal	59
Reavaliação e fundamento da decisão combatida	59
RESP e Reavaliação das Provas	60
Prova Pericial	63
Requisitos Intrínsecos e Extrínsecos a Serem Superados no REsp	64
Chek List dos Requisitos Intrínsecos e Extrínsecos do Recurso	64
Protocolo do REsp e 54 Barreiras	64

Capítulo III

Abertura de Conta e Tipos de Contas Bancárias	69
Busca e Apreensão	72

Capítulo IV

Código de Defesa do Consumidor nas Relações Bancárias	73
Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.591-1	74
Declaratória de Inexigibilidade de Débito	79
Revisional de Juros	79
Obrigações Contratuais Controvertidas e o Valor Incontroverso do Débito	80
Anatocismo	81

Abusividade na Aplicação da Taxa de Juros	82
Juros Remuneratórios e Encargos Financeiros	83
Revisional de Contrato	84
Cláusulas Abusivas	84
Duodécuplo e Revisional de Contrato	85
Capitalização de Juros	85
Cheque Especial	86
Cheque Especial e Incidência de CDI	87
Cláusulas Consideradas Abusivas	88
Portaria nº 03, de 15 de março de 2001.	88
Revisão de Contrato Quitado	89
Legitimidade da Aplicação do CDC nas Relações de Direito Bancário	89
Código de Defesa do Consumidor Bancário	94
Resolução n. 002878, De 26 De Julho De 2001	94
Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009	99
Da Aplicação do CDC e dos Contratos de Adesão	103
Contrato de Adesão e o CDC	103
Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	103
Invalidez de Contrato e o <i>Pacta Sunt Servanda</i>	104

Capítulo V

Arbitramento e Prova do Dano	107
Endosso-Mandato	112
Inversão do Ônus da Prova	120
Ação de Adimplemento Contratual	120
Teoria da Causa Madura	122

Capítulo VI

Assalto em Agência Bancária	123
Agência Bancária e Assalto com Morte	123
Indenização por Danos Morais	124
Ação Declaratória de Inexistência de Empréstimo	125

Capítulo VII

Atividade Financeira	126
Reinserção de Resultados	131
Cédula De Crédito Bancário	132

Capítulo VIII

Atividade Própria ou Exclusiva de Instituição Financeira	133
Contrato de Adesão ao Cartão BNDES	135
Transação Fraudulenta e Responsabilidade Civil	135
Revisional de Contrato Bancário	136

Capítulo IX

Atos de Prepostos Que Geram Prejuízo	137
Expurgos Inflacionários	138
Valores Devolvidos	139

.....	
Capítulo X	
Banco e Suas Operações	140
Ação Declaratória	144
Cobrança de Débito Oriundo de Contrato Bancário	144
Contratos de Empréstimo Pessoal Não Consignados	145
A Prescrição pelo Abandono	145
Contratos Bancários Eletrônicos	146
Contratação de Empréstimo Negada pela Consumidora	147
 Capítulo XI	
Cartões de Crédito e Suas Implicações	149
Função do Cartão de Crédito	149
Bloqueio da CNH e Cartão de Crédito	150
Operadoras e Funcionamento	150
Universo dos Cartões de Crédito	151
Cartões de Crédito no Brasil	153
Cartão de Crédito Consignado	153
Cartões Private Label	153
Não Solicitação de Crédito	154
Cartão Roubado ou Extraviado	154
Cobrança Indevida do Cartão	155
Cartão de Crédito e Capitalização de Juros	155
Contratação Equivocada de Cartão de Crédito	155
Revisão de Cláusula Contratual	156
Inexigibilidade de Débito e Encerramento de Conta	157
Declaratória de Inexistência de Débito	158
Desconhecimento de Contrato	158
Desconhecimento de Débito	158
Cartão de Crédito e Prestação de Contas	159
Prestação de Contas	159
Prestação de Contas e Cartão de Crédito	159
Ação de Exigir Contas	160
Prestação de Contas Em Contrato de Cartão de Crédito	162
Venda no Cartão de Crédito e ICMS	164
Venda Financiada e Venda a Prazo	164
Operadoras de Cartão de Crédito	165
Capacidade Processual Postulatória	165
Contrato de Cartão de Crédito Consignado	166
Revisão de Juros em Cartão de Crédito	169
O Novo Conceito de Contrato	170
O Contrato de Cartão De Crédito	170
A Lei de Usura e a Cláusula Mandato	171
Os Juros	172
Principiologia Consumerista e Contratual	174
A abusividade	174
Vulnerabilidade do Consumidor	174
Onerosidade Excessiva	175

Função Social do Contrato	175
A boa-fé objetiva	176
Cartão de Crédito Com Reserva de Margem Consignável	179

Capítulo XII

Cheque e Suas Peculiaridades	180
Cheque e Alíneas da Devolução	180
Cheque sem Provisão de Fundos	180
Impedimento ao Pagamento	180
Cheque com Irregularidade	180
Apresentação Indevida	181
Cheque e Defesa na Ação	181
Cheques e Ação Monitória	183
Cheques e Ação de Cobrança	184
Cheque e Estelionato	184
Fraude No Pagamento Por Meio de Cheque	185
Empresas de Fachada	186
Talonnário de Cheques	189
Cheque e o cadastro de emitentes de cheques sem fundos - CCF	189
Cheque e seu Protesto	190
Cheque - Protesto Para Aparelhar Pedido de Quebra	191
Cheque e sua Execução	193
Ação declaratória de inexistência de débito apelação cível	198
Cheque sem força executiva	198
Cheque com Força Executiva Prescrita	198
Cheque e sua Prescrição	199
Do Cheque	200
Prescrição do cheque – direitos do portador	202
Interpretação doutrinária	202
Interpretação jurisprudencial	203
Prescrição do cheque – ação de regresso	204
Prescrição do cheque emitido com data futura	204
Cheque e sua Sustação	205
Locupletamento Ilícito	207
Declaratória de Inexistência de Débito	207
Contraordem do Pagamento ao Cheque	207
Revogação e Sustação de Cheque	209
Formas de Emissão do Cheque	209
Obrigatoriedade de Receber Cheques Como Forma de Pagamento	210
Ação de Cobrança	210
Cheque apresentado antes do dia nele indicado (pré-datado)	211
Motivo de Devolução	211
Obrigatoriedade de Comunicação ao Emitente Sobre a Devolução	211
Impedimento de Pagamento de Cheque	212
Fornecimento de Informações Sobre o Emitente de Cheque Devolvido	212
Cheque Furtado ou Roubado	212
Sustação de Cheque Devolvido	212
Consequências da Sustação de Cheque Sem Fundo	212

Preenchimento do Cheque	213
Cor da tinta de preenchimento do cheque	213
Prazos para pagamento de cheques	213
Cheque cruzado	213
Obrigatoriedade de fornecimento de talonário de cheques	214
Talão de cheques	214
Idade mínima para receber talão de cheques	214
Prazo de validade do cheque	214
Cheque falso	214
Cheque Falso e Inscrição Negativa	215
Cheque pós-datado	216
Cheque Pós-Datado e Prescrição	217
Cheque pré-datado	218
Cheque pré-datado levado ao banco antes da data avençada	222
Devolução Indevida de Cheque por Instituição Financeira	223
Prescrição do Cheque	223
Prescrição da Execução de Cheque	226
Ações por Falta de Pagamento	227
Defesa na Ação do Cheque	228
Devolução dos Cheques	229
Contraordem	230
Estelionato - Fraude no Pagamento por Meio de Cheque	232
Protesto do Cheque	234
Prazo de Validade do Cheque	236
Ação de Execução de Cheque	237

Capítulo XIII

Cobrança de Tarifas	239
Tarifa de Serviços	245
Abusividade na cobrança das tarifas	245
Tarifa de avaliação do bem	246
Custos de Cobrança. Boleto Bancário	246
Comissão de Permanência	247
Tarifa Bancária	247
Capitalização de Juros	247
Tarifa de Registro de Contrato	248
Tarifas e Contratos Bancários	249
Pactuação das Tarifas Bancárias	250
Despesa com registro do contrato	252
Tarifa de Abertura de Crédito e Tarifa de Emissão de Boleto	252
Tarifa de liquidação antecipada de contratos de mútuo e arrendamento mercantil	253
Tarifa Bancária Abusiva	254
Custos de Cobrança	255
Tarifas na Conta	255

Capítulo XIV

Comissão de Permanência	257
Instituição da Comissão de Permanência	257

Cédula de Crédito Bancário	259
Comissão de Permanência e sua Limitação	260
Comissão de Permanência e Encargos	261
Comissão de Permanência e sua Cobrança	261
Comissão de Permanência e Embargos	263

Capítulo XV

Cobrança de Títulos Bancários e Inscrição em Bancos de Dados	264
Instrumento Particular de Cessão de Direitos de Créditos	264
Negativação por Cobrança Indevida de Dívida	265
Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores	265
Títulos que Autorizam a Inscrição em Banco de Dados de Inadimplentes	269
Definido o Prazo Para o Devedor Ficar Negativado na SERASA	272
Nome Inscrito na SERASA	273
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito	280
Pendência Financeira	286
Pendência Bancária	286
Órgãos de Defesa do Consumidor	286
Procedimento Administrativo	288
Suspensão dos Efeitos do Registro na SERASA	289
Declaratória de Inexistência de Dívida	289
Inscrição Indevida em Serviços de Proteção ao Crédito	291
Exposição Indevida do Consumidor Inadimplente	293
Despesas Repassadas ao Consumidor	293
Inscrição nos Órgãos de Inadimplentes	294
Cadastro de Inadimplentes	294
Inscrição Indevida	295

Capítulo XVI

Cobranças de Valores Indevidos	296
Pagamentos, Cobranças e Descontos indevidos	297
Descontos de Empréstimo não Contratado	297
Inexigibilidade de crédito cumulada com indenização	298
Inexigibilidade de Débito	298
Danos Morais	299

Capítulo XVII

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal	300
Inscrição no CADIN - Mandado de Segurança	305
Inscrição no CADIN	307

Capítulo XVIII

Cofre de Aluguel	308
Falha na Prestação de Serviço	308

Capítulo XIX

Conta-salário	311
----------------------------	------------

Resolução nº 3.919, de 25.11.2010	312
Serviços essenciais	313
Serviços especiais	314
Pacotes de serviços	315
Cartão de crédito	316
Divulgação de informações	317
Desconto em Conta Corrente	319
Cláusula Abusiva e Desconto Indevido	319
Suspensão de Desconto em Folha	319
Empréstimo Consignado e Desconto em Folha	320
Superendividamento e Empréstimo Consignado Não Solicitado	320
Desconto em conta corrente - Renegociação	324
Cláusula de Desconto em Conta Corrente	324
Impenhorabilidade de Vencimentos	327
Proventos de Aposentadoria	327
Revisional de contratos de empréstimos	328
Impenhorabilidade de quantia	328
Impenhorabilidade dos valores abaixo de quarenta salários	328
Auxílio Emergencial e Impenhorabilidade	329
Penhora sobre Salário	329

Capítulo XX

Danos Patrimoniais e Morais	333
Abusividade Identificada	335
Ação de indenização por danos morais	336
Recurso de Apelação	337
Cartão utilizado apenas para o saque do mútuo	337
Empréstimo consignado	337
Declaratória de inexistência de débito	338
Ação de inexistência de débito	338
Inexistência de Contrato de Refinanciamento	338
Conceito de dano moral	340
A quantificação do dano moral	340
O dano moral no âmbito das operações bancárias	341
Indenizatória por Danos Morais	342

Capítulo XXI

Das Partes na Relação Processual	343
Capacidade Processual	344
Deveres das Partes	347
Responsabilidade das Partes por Dano Processual	348
Despesas e das Multas Processuais	349
Multa Processual	351
Dos Procuradores	352

Capítulo XXII

Depósito Bancário	365
Cláusula Limitativa em Locação de Cofre	366

Astreintes	367
Competência Recursal e Depósito	367
Devolução de Valores	367
Depósito Voluntário	368
Características do Depósito Voluntário	368
Modalidades de Depósito	368

Capítulo XXIII

Encerramento de Conta Corrente	369
Encerramento de Conta Corrente - Indenização	373
Tarifas Bancárias	373
Cobrança de Taxas e Encargos	374
Cheque Especial	375
Débito em Conta Corrente	375
Desconstituição de Débitos	375
Limitação dos descontos de parcelas	377
Indenização por danos morais	377
Encerramento de Conta	377

Capítulo XXIV

Falência, Intervenção e Liquidação	378
Liquidação Extrajudicial	386
Responsabilidade Subjetiva dos Administradores	390
Penhora Sobre Cotas de Avalistas	391
Decretação De Falência De Banco	391
Novação da Lei n. 11.101 de 2005	392

Capítulo XXV

Fila de Banco e Responsabilidade Civil	394
Responsabilidade Civil de Bancos e Instituições Financeiras	406
Desconhecimento das Dívidas	406
Ação declaratória c/c indenizatória	407
Fraude Bancária	407
Falha na Prestação do Serviço	407
Falha no Serviço Bancário	408

Capítulo XXVI

Intervenção Estatal	409
Cláusula ‘ <i>rebus sic stantibus</i> ’	411
Intervenção em Instituições Financeiras	412
Segurança e Competência Legislativa Municipal	414
Responsabilidade das Instituições Financeiras	415

Capítulo XXVII

Juros Bancários	417
Capitalização Diária e Mensal de Juros	420
Novação de Dívida	421
Imoral Constitucionalidade da MP 1963/2000 (2170/00)	422

Capitalização dos juros – Periodicidade inferior a um ano	423
Taxa de Juros Remuneratórios	425
Juros Remuneratórios e sua Pactuação	426
Ação revisional de contrato bancário e Juros Remuneratórios	427
Juros e correção para taxa média	427
Juros Remuneratórios e Taxa Média do Mercado	428
Duodécuplo Mensal	429
Duodécuplo e taxa efetiva anual	429
Taxa que ultrapassa a média de mercado	430
Juros Moratórios	430
Juros Moratórios e Princípio da Adstrição	430
Cobrança e Juros Remuneratórios	431
Juros remuneratórios cobrados livremente	432
Possibilidade de Cobrança de Juros Remuneratórios	433
Ação Revisional e Duodécuplo	435
Taxa de Juros Superior ao Duodécuplo	435
Duodécuplo das taxas mensais. Overruling	435
Capitalização Mensal de Juros	436
Inovação Recursal e Cobrança de Encargos	436
Lei de Usura e Contrato Bancário	437
Revisional de Cédula de Crédito Bancário	438
Usura e Matérias a Serem Alegadas na Reconvenção	439
Crime de Usura	440
Tabela Price	442
Aplicação da Tabela Price	443
Taxas de Juros e Súmula n. 596 do STF	446
Contratos Bancários e a Súmula 596 do STF	450
Anatocismo	450
Anatocismo e taxa de juros efetiva mensal e anual	451
Capitalização e Anatocismo	451
Exceções à Vedação do Anatocismo	452
Juros. Capitalização	453
Tabela PRICE e SACRE	453
Juros Compostos Mensais	456
Juros Superiores a 12% ao Ano e Abusividade	458
Juros superiores a 12% ao ano	458
Cobrança de Juros sobre Juros	460
Juros Sobre Juros	461
Juros Sobre Capital Próprio	463
Inconstitucionalidade da MP 2.170 de 2001	464
Capitalização de Juros Com Periodicidade Inferior a Um Ano	466
Inconstitucionalidade da Lei n. 10.931, de 2004	467
Bloqueio On Line e Cédula de Crédito Bancário	472
Duodécuplo e Juros Capitalizados	472
Juros Anuais Superiores ao Duodécuplo	473
Taxa contratada e Duodécuplo	474
Duodécuplo e Capitalização Diária	474
Lógica dos Juros nos Contratos Bancários	474

Correção Monetária	475
--------------------------	-----

Capítulo XXVIII

Lucro Stricto Sensu	477
Juros Bancários	479

Capítulo XXIX

Moeda	481
Conversão do Padrão Monetário	482

Capítulo XXX

Ônus da Prova nas Relações Bancárias	485
Inversão do ônus da prova	489
Inversão do ônus da prova e ciência prévia dos riscos	491
Prova e Ação Revisional	491
Prova e Agravo de Instrumento	492
Provas e Inversão do Ônus	492

Capítulo XXXI

Porta Giratória	493
Porta Giratória Com Detector de Metais	496

Capítulo XXXII

Práticas Abusivas	497
Capitalização de Juros	497
Abordagem doutrinária da capitalização de juros;	497
Da impossibilidade da capitalização de juros	499
Revisional de contrato	501
Taxa de administração do crédito	502
Capitalização	502
Cláusula Mandato	503
Cláusula-Mandato - Justificativa	506
Revisional	509
Taxa Média de Mercado	510
Descontos Indevidos em Conta	511
Cobrança Abusiva e Contrato Bancário	511
Indexadores Alternativos	512
Práticas Bancárias Abusivas	512
Contratos Bancários	514
Nulidade de Cláusula	515
Tarifa de cadastro	515
Flutuação de Taxas	515
Comissão de Permanência	519
Tutela de Urgência	521
Tarifas bancárias de avaliação	521
Cláusulas Abusivas	522
Efeitos Jurídicos das Cláusulas Abusivas	523

Serviços Bancários e Práticas Abusivas	525
--	-----

Capítulo XXXIII

Prazos Prescricionais.....	527
Prescrição Intercorrente	530
Estratégia de Prescrição Intercorrente Como Defesa na Execução	531
Prescrição Intercorrente Como Defesa na Execução	531
Defesa na Execução com a Prescrição Intercorrente	532
Prescrição no Código Civil	533
Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente	538
Prescrição intercorrente da pretensão executória	541
Prescrição intercorrente. Nulidade da CDA	543

Capítulo XXXIV

Princípio da Boa-Fé Objetiva	548
A boa-fé objetiva nas três fases do contrato (antes, durante e após sua conclusão)	558
Princípio da Boa-Fé	559

Capítulo XXXV

Reformas do Sistema Monetário Brasileiro	561
Cruzeiro	561
Cruzeiro Novo	561
Cruzeiro	561
Cruzado	562
Cruzado Novo	562
Cruzeiro	562
Real	563
Sistema Monetário	563

Capítulo XXXVI

Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras	566
Documentação Falsa	569
Responsabilidade Objetiva	570
Assalto em caixa eletrônico	570
Origens Históricas da Responsabilidade Civil	573
Responsabilidade Civil no Direito Romano e no Direito Brasileiro	577
Conceito de Responsabilidade Civil	579
Responsabilidade dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal	580
Culpa e Responsabilidade	584
Revelia da Instituição Financeira e Inexigibilidade do Débito	586
Culpa no Direito Brasileiro	586
A Responsabilidade Objetiva - Teoria do Risco	587
Culpa Exclusiva da Vítima	592
Caso fortuito ou força maior	593
Responsabilidade Objetiva ou Teoria do Risco	594
Nexo de causalidade	595
Dano e Indenização no Código Civil de 2002	596
Responsabilidade Civil e Criminal	598

Responsabilidade Civil do Estado	603
Atos Ilícitos	608
Dano e sua avaliação	613
Liquidação do Dano Moral	618
Lucros Cessantes	619
Ação Humana	620
Responsabilidade Civil por Roubo “Saidinha de Banco”	620
Assalto no Estacionamento do Banco	621
Roubo fora da agência bancária	621
Saidinha de Banco	622
Assalto em Agência Bancária	622

Capítulo XXXVII

ISS – Serviços Bancários	623
Lista de Serviços	625
Serviços Bancários e ISS	629

Capítulo XXXVIII

Revisão de Contrato	635
----------------------------------	------------

Capítulo XXXIX

Saques Indevidos em Conta Corrente	641
Banco responde por saques indevidos em conta corrente de idoso.	642
Falha no Serviço	646
Banco Responde Por Saques Indevidos em Conta Corrente de Idoso	647

Capítulo XL

Transferência de Dinheiro para Investimentos e Débitos em Conta	649
Banco terá que devolver a cliente dinheiro reaplicado sem autorização	651
Prestação de serviços bancários	653

Capítulo XLI

Petição Inicial	654
Requisitos da Petição Inicial	655
Aditamento de Pedido	655
Ilegitimidade de Parte	656
Fato Controvertido	656
Especificação das Cláusulas Controvertidas	657
Depósito do Valor Incontroverso	658
Ação de reparação de danos materiais e danos morais	659
Audiência de Conciliação e Mediação	660
Tutela Provisória Antecipada	660
Equilíbrio Contratual Pela Tutela Jurisdicional	661
Tutela Antecipada e Cobrança de Encargos Abusivos	662
Pedido por Reconvenção e Pedido Contraposto	664
Compensação e Repetição do Indébito	665
Parceria Comercial	666
Cálculo Pericial	667

Produção de Provas no STJ	667
Inadequação da Via Eleita	667
Recurso Especial Repetitivo no STJ	667
Prazo prescricional de contratos bancários	668
Negócio jurídico de pacto instantâneo, pacto sucessivo e diferido	670
Encargo de Terceiro	670
Encargos de Mora e Laudo Financeiro	670
Amortização da Dívida	671
Princípio do <i>Pacta Sunt Servanda</i> na Interpretação dos Contratos	671
Da Mora	673
Caracterização da Mora	674
Consignação em Pagamento	674
Depósito Judicial	677
Honorários Advocatícios em Revisão de Contrato	677
Compensação dos Honorários de Sucumbência	677
Honorários no Cumprimento de Sentença	678
Honorários em Rejeição de Impugnação	678
Análise do Negócio Jurídico	678
Elementos Acidentais do Negócio Jurídico	679
Venda Casada	680
Apelação. Revisão. Contrato Bancário	681
Expurgos Inflacionários em Caderneta de Poupança	681
Sigilo Bancário	682
Cédula de Crédito Rural e Capitalização Mensal	682
Cédula de Crédito Rural e Aval	682
Encargos Decorrentes de Financiamento	683
Contrato de Adesão	683
Revisão de Contratos Bancários	684
Revisão Contratual	684
Modelo de Petição Inicial	685
Contestação	685
Impugnação do Valor da Causa	687
Pedido Contraposto	687
Preliminar	688
Descontos a Título de Reserva de Margem Consignatória	689
Exceção de pré-executividade	690

Capítulo XLII

Microcrédito e Renúncia Fiscal	691
Renúncia Fiscal e Suas Formas	692
Renúncia Fiscal e Programas Sociais	695
Emprego e Renda	695
Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável	695
Declaração das Entidades na Aplicação de Recursos	699
Instrução Normativa SRF Nº 87, de 31 de dezembro de 1996	700
Atestado de Sustentabilidade	700
Isenção e Imunidade das Entidades	700
Composição das Organizações Sociais e Licitação	702

Associações e Cooperativas	705
Renúncia Fiscal e sua Aplicação	705
Renúncia Fiscal – ICMS	706
Certificações da OS ou OSCIP no Município	707
Expedição de Atestado	708
Legislação Correlata	708
Terceiro Setor	709
Fundação e Funcionamento do Banco Social	710
Barreiras Não Tarifárias	711
Consenso de Washington	711
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	712

Capítulo XLIII

Spread Bancário	714
Como é calculado o spread bancário	714
Impostos diretos	714
Compulsório e encargos	714
Custo administrativo	715
Por que o spread bancário no Brasil é tão alto?	715
Inadimplência	715
Concentração bancária	715
Juros e inflação	715
Carga tributária	716
Crédito bancário	716
Spread e Remuneração	716
Spread Bancário e Capitalização dos Juros	717

Capítulo XLIV

Fundo de Financiamento Estudantil.....	718
FIES e Capitalização de Juros	728
Renegociação de Dívidas do FIES	730
Formas de Pagamento do Parcelamento do FIES	730
Inadimplência no FIES	731

Capítulo XLV

Ação de Exigir Contas da Instituição Financeira	732
Conceito e Procedimento	732
Interesse Processual	732
Consequências da Ação	733
Importância no Contexto do Superendividamento	733
Atuação do Ministério Público	733
Consequências da Não Prestação de Contas	733
Implicações Legais das Contas Prejudiciais	733
Demonstração do Interesse de Agir	734
Dever de Prestar Contas	734
Prestação de contas de venda extrajudicial do bem objeto de busca e apreensão	734
Ação de busca e apreensão e processo de execução	734
Prestação de Contas de Alienação de Bem Imóvel	736

Prestação de Contas	740
---------------------------	-----

Capítulo XLVI

Busca e Apreensão	741
Busca e Apreensão de Bem	742
Busca e Apreensão no Período de Pandemia do COVID-19	743
Busca e Apreensão de Veículos	747
Limite dos Juros moratórios	748
Evitando a Busca e Apreensão	750
Busca e Apreensão Indevida	751
Busca e Apreensão e o Decreto-Lei n. 911 de 1969	751
Revogação da liminar de busca e apreensão	753
Liminar de Busca e Apreensão	754
Busca e Apreensão Suspensa por Causa da Pandemia do Coronavírus	755
Suspensão da Busca e Apreensão	755
Aquisição Fraudulenta de Veículo	757

Capítulo XLVII

Teoria da Imprevisão	760
Mitigação do princípio da <i>pacta sunt servanda</i> pelas teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva	761
Aplicação da teoria da imprevisibilidade e da onerosidade excessiva no ordenamento jurídico brasileiro	763
Requisitos da Aplicação da Teoria da Imprevisão	766
Teoria da Imprevisão Impede Busca e Apreensão	767
Teoria da Imprevisão e sua Caracterização	769

Capítulo XLVIII

Superendividamento da Pessoa Física e Pessoa Jurídica	772
Superendividamento e Cláusulas Abusivas	774
Prevenção e Tratamento do Superendividamento	776
Conciliação No Superendividamento	780
Conciliação não Exitosa	781
Discriminação da Pessoa Idosa	782
Pagamento e Direito do Consumidor	782
Superendividamento da Pessoa Jurídica	782
Juros Remuneratórios	783
Correção Monetária	783
Multa Contratual	784
Comissão de Permanência	784
Concessão de Crédito	784
Análise Contratual e Superendividamento	784
Regimes Simples e Regime Composto	786

Capítulo XLIX

Estratégias de Defesa do Executado Pelos Princípios da Execução	787
Defesa do Executado e os Princípios da Execução	787
Tipos de Títulos Executivos	787

Defesa do Executado	788
Diferença entre Execução de Título Judicial e Extrajudicial	788
Requisitos para Cumprimento de Sentença	789
Título Executivo Judicial e Seus Tipos	789

Capítulo L

Estratégias na Defesa Técnica	790
Defesa Técnica no Processo Judicial	790
Importância da Defesa Técnica	790
Princípios Constitucionais	790
Contexto da Inadimplência	791
Principais Argumentos Utilizados na Defesa Técnica	791
Influência da Defesa Técnica no Resultado de um Processo Criminal	791
Diferenças entre Defesa Técnica e Autodefesa	791
Situações em que a Defesa Técnica é Mais Eficaz	792
Direitos Garantidos pela Defesa Técnica	792
Defesa Técnica em Execução Bancária	792
Direitos do Devedor na Execução Bancária	792
Argumentos para Contestar uma Penhora	792
Excesso de Penhora	793
Como a Penhora Pode Ser Considerada Nula	793

Capítulo LI

Estratégias de Defesas Constitucionais em Execuções Bancárias.....	794
Defesas Constitucionais nas Execuções	794
Princípios Constitucionais Relevantes	794
Nulidade por Vícios no Título Executivo	794
Requisitos Legais dos Títulos Executivos Extrajudiciais	794
Papel da Advocacia na Defesa do Devedor	795
Principais Vícios que Podem Invalidar um Título Executivo Extrajudicial	795
Como o Excesso de Execução Pode Ser Demonstrado em uma Defesa	795
Requisitos Legais para que um Título Extrajudicial Seja Considerado Válido	795
Como a Defesa Pode Argumentar Contra a Prisão Civil por Dívida	796
Principais Vícios que Podem Invalidar um Título Executivo Judicial	796
Como a Exceção de Pré-Executividade Pode Ser Utilizada na Defesa	797
Requisitos para Alegar Excesso de Execução	797

Capítulo LII

Estratégias de Defesa no Excesso de Execução	798
Excesso de Execução.....	798
Principais Aspectos do Excesso de Execução	798
Como a Defesa Pode Argumentar Contra o Excesso de Execução	798
Implicações Legais do Excesso de Execução	799
Consequências Legais se o Excesso de Execução Não For Contestado	799
Como o Devedor Pode Provar que o Valor Executado é Superior ao Título	799
Exemplos Comuns de Excesso de Execução	800
Como o Juiz Determina se Houve Excesso de Execução	800
Direitos do Devedor em Caso de Excesso de Execução	800

Capítulo LIII

Regras do Procedimento Como Estratégia de Defesa	801
Regras do Procedimento de Execução e Cumprimento de Sentença	801
Identificação de Irregularidades	801
Consequências da Nulidade	801
Principais Vínculos que Podem Anular um Processo de Execução	802
Como identificar Irregularidades no Processo de Execução	802
Requisitos para Anulação de um Ato Administrativo	802
Diferenças entre Anulação e Revogação de Atos Administrativos	802
Como a Administração Pública Pode Anular Seus Próprios Atos	802

Capítulo LIV

Vícios na Penhora em Execução Bancária Como Estratégia Defensiva	804
A penhora irregular ou mal feita, gera nulidade.	804
Vícios na Penhora em Execução Bancária	804
Principais Vícios que Podem Anular uma Penhora	804
Identificação de Irregularidades no Processo de Penhora	804
Consequências da Penhora Irregular	804
Como Contestá-la	805
Bens Considerados Impenhoráveis	805
Como Processo com Embargos à Penhora	805
Penhora Pode Ser Considerada Nula	806
Defesas Constitucionais em Execuções Bancárias	806
Proteção ao Sigilo Bancário	806
Contestação da Penhora	807

Capítulo LV

Desconsideração da Personalidade Jurídica e Defesas em Execução	808
Conceito e Fundamentos da Desconsideração da Personalidade Jurídica	808
Defesas do Executado Contra a Desconsideração	809
Importância do Causídico	809
Principais Argumentos para Defender a Personalidade Jurídica	809
Efeitos da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Crédito dos Sócios	810
Riscos para Empresas Submetidas à Desconsideração	810
Situações Específicas em que o Juiz Pode Desconsiderar a Personalidade Jurídica	810
Contestação de Desconsideração em um Processo de Execução	810

Capítulo LVI

Princípios do Processo de Execução na Defesa de Superendividamento	812
Defesa de Superendividamento Bancário	812
Princípios do Processo de Execução na Defesa de Superendividamento Bancário	813

Capítulo LVII

Princípio da Autonomia do Processo de Execução e Defesa em Dívidas	815
Autonomia do Processo de Execução e Defesa em Dívidas Bancárias	815
Conceito de Autonomia do Processo de Execução	815
Implicações Práticas na Defesa	816

Importância da Autonomia em Casos de Superendividamento	816
Embargos à Execução e Defesa em Dívidas Bancárias	816
Como os Embargos à Execução Podem Ser Utilizados para Defesa	816
Implicações da Autonomia do Processo de Execução na Fase de Cumprimento ...	817
Aplicação da Inércia Jurisdicional no Processo de Execução	817

Capítulo LVIII

Princípio da Patrimonialidade Como Estratégia de Defesa	818
Princípio da Patrimonialidade na Defesa em Execuções	820

Capítulo LIX

Estratégia do Princípio do Exato Adimplemento Como Defesa de Execução	822
Princípio do Exato Adimplemento na Defesa de Execução Bancária	822
Tamanho da Penhora	823

Capítulo LX

Princípio da Utilidade da Execução como Defesa do Executado	826
Princípio da Utilidade da Execução como Defesa do Executado	826
Critérios para Determinar se a Penhora de um Bem é Irrisória em Relação ao	
Total da Dívida	827
Situações Comuns para Desistência da Execução por Falta de Bens Penhoráveis	828
Jurisprudência do STJ sobre Desistência da Execução por Falta de Bens	828
Implicações Legais se a Execução for Considerada Inútil para o Credor	828

Capítulo LXI

Estratégia de Bens de Valor Insignificante Como Defesa na Execução	830
Bens de Valor Insignificante como Defesa na Execução Bancária	830
Efeitos da Penhora de Bens de Valor Insignificante na Prescrição Intercorrente ...	831
Jurisprudência do TRF da 1. ^a Região sobre a Penhora de Bens Insignificantes ...	831
Casos em que a Penhora de Bens Sem Comércio é Considerada Inútil	831
Critérios para Determinar se um Bem é de Valor Insignificante	832
Liberação de Bens Penhorados Irrisórios na Prática	832

Capítulo LXII

Estratégia do Preço Vil Como Defesa na Execução Bancária	833
Preço Vil como Defesa na Execução Bancária	833

Capítulo LXIII

Defesa Contra Restrição de Passaporte e Apreensão de CNH	837
---	------------

Capítulo LXIV

Estratégia de Defesa Contra a Suspensão da CNH	842
Defesa Contra a Suspensão da CNH	842

Capítulo LXV

Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como Estratégia de Defesa	
em Execução Bancária	846
Dignidade da Pessoa Humana	846

Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como Defesa em Execução Bancária .. 847

Capítulo LXVI

Estratégia de Defesa Contra Retenção do Passaporte	850
Defesa Contra Retenção do Passaporte	850

Capítulo LXVII

Estratégia de Defesa Contra Proibição do Uso do Cartão de Crédito	852
Proibição do Uso do Cartão de Crédito	852
Defesa Contra a Proibição do Uso do Cartão de Crédito	853

Capítulo LXVIII

Estratégia de Defesa do Executado Contra Quebra do Sigilo Bancário	856
Quebra do Sigilo Bancário: Aspectos Legais e Defensivos	857

Capítulo LXIX

Estratégia do Princípio da Menor Onerosidade como Defesa na Execução ..	859
Princípio Menor Onerosidade como Defesa na Execução	859
Menor Onerosidade na Execução de Dívidas	860

Capítulo LXX

Estratégia do Princípio da Efetividade da Tutela como Defesa na Execução	863
Efetividade da Tutela com Defesa na Execução	865
Manuseio do Princípio da Efetividade da Tutela na Execução	866

Capítulo LXXI

DED (Demonstrativo de Evolução da Dívida) ou DDC	869
Modelos de Petições	877
Revisão de contrato de abertura de crédito	879
Ação de reparação de dano moral	885
Ação de revisão contratual	889
Cartão de crédito ação de repetição de indébito	896
Cartão de crédito não solicitado	909
Cartão de crédito revisão	914
Clonagem de cartão e saques em conta corrente	932
Constrangimento causado em porta giratória do banco	942
Indenização por inclusão indevida no SPC e SERASA	957
Proibição DE Inscrição na Serasa Durante Ação Judicial	975
Responsabilidade de banco por abertura indevida de conta	981
Revisional de cartão de crédito	999
Sustação de protesto com pedido liminar	1005
Exigir prestação de contas	1022
Prestação de contas por quem tem obrigação de prestá-las	1023
Revisional de contrato de abertura de crédito para aquisição de veículo	1024
Consignação em pagamento c/c revisão contratual	1028
Empréstimo consignado não solicitado	1042
Empréstimo consignado não solicitado - réplica	1049
Busca e apreensão de veículo – apelação	1054

Bibliografia	1061
Instruções para acesso ao conteúdo online desta obra	1092

Capítulo I

Direito Bancário

Define-se **Direito Bancário** como ramo do Direito Privado especializado no tratamento do dinheiro, das instituições vocacionadas a trabalhar.

A nobre finalidade do dinheiro, por meio dos bancos, é promover a paz social, o aperfeiçoamento dos Estados e o progresso da humanidade.

No direito bancário estão inseridos os princípios e normas jurídicas regulamentadoras da atividade bancária, a formação e administração das instituições financeiras.

Fruto do antigo direito empresarial, o direito bancário amplia e aperfeiçoa suas práticas, atos ou contratos executados por instituições bancárias, como suas operações bancárias, de maneira que a atividade bancária é também atividade empresarial, com a finalidade de lucro.

Mesmo tendo a finalidade de lucro, as instituições bancárias e financeiras devem se submeter a regramentos baseados essencialmente no princípio constitucional da **dignidade da pessoa humana**.

Até o ano de 2000, a atividade bancária e financeira, era condizente com as normas internacionais, onde os valores utilizados dos bancos e instituições financeiras, onde a clientela era tratada com as finalidades nobres de promover o progresso da indústria e comércio brasileiro.

A partir de então, a legislação ficou-se de forma escandalosa em favor das instituições bancárias e financeiras, dando-lhes absolutas garantias de que cobrassem a título de juros o que bem lhes conviesse.

Temos a seguinte legislação que está levando a população brasileira à sua desgraça financeira:

- MP 2.170, de 2001, que foi julgada constitucional no ano de 2015; e
- Lei n. 10.931, de 02 de agosto de 2004, que criou a Cédula de Crédito Bancário.

Objeto do Direito Bancário

O objeto de estudos do direito bancário se funda nos valores mobiliários, mercado de capitais, serviços de investimento e atividade financeira trate da tripartição das finanças em crédito, investimento e seguro.

Embora o direito bancário tenha suas dinâmicas próprias de mudanças e atualizações, esta deve erigir-se em nosso território nacional sob o manto protetor da Constituição Federal com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana.

O Direito Bancário acompanha de perto a conjuntura econômica, sendo incompatível com a ortodoxia que geralmente acompanha a norma jurídica, mas isto não o autoriza a cobrar por seu produto (dinheiro), juros que fuja à normalidade da lógica.

As regras a serem aplicadas às instituições financeiras e bancárias, devem buscar aprimorar a **organização do sistema bancário** e financeiro e regulação da **atividade e das instituições de crédito e sociedades financeiras**.

No que se refere à organização do sistema bancário, se tem por finalidade a fiscalização, supervisão e formação das regras sobre a matéria.

Neste sentido temos o **Direito Bancário Institucional**, que trata dos bancos e seu comportamento enquanto instituições públicas ou privadas, e o **Direito Bancário Material**, que trata do funcionamento de sociedades financeiras e instituições de crédito.

Vigora em nosso ordenamento, a Lei n. 4595 de 1964, denominada Lei da Reforma Bancária, regulada por diversas resoluções do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional.

Referida lei traz a definição do Sistema Financeiro Nacional, sendo:

- Conselho Monetário Nacional;
- Bancos oficiais; e
- Demais instituições financeiras públicas e privadas.

Para se combater crimes contra o sistema financeiro nacional, foi editada a Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986, na qual considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

O legislador estabelece ainda que equipara-se à instituição financeira:

- a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros; e
- a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

Instituição Financeira e Banco

Temos basicamente três modalidades de bancos, os quais são definidos a partir de seu objeto ou especialização operacional:

- 1 – bancos de desenvolvimento;
- 2 – bancos de investimento; e
- 3 – bancos comerciais.

Conceitua-se banco comercial como intermediários financeiros cujas principais atividades consistem em aceitar depósitos mobilizáveis por cheque e outros meios de pagamento e em conceder empréstimos. Por sua atuação de intermediação financeira, eles participam no processo de criação de moeda tendo, por isso, a sua atividade regulada pelas entidades que gerem a política monetária.

Entende-se como banco de desenvolvimento como instituições especializadas que operam economia voltada ao desenvolvimento social.

Considera-se instituição financeira, para efeito da lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

As instituições financeiras podem se apresentar de duas maneiras: com conotação publicística ou qualitativo privatístico.